



Uma garrafada contra a corrupção?

■ POR BRUNO DANTAS FARIA AFFONSO, FRANKLIN BRASIL SANTOS E MARCUS VINICIUS DE AZEVEDO BRAGA

“A garrafada que funciona contra a corrupção opera em múltiplas dimensões, mas não opera milagres, e precisa ser tomada, apesar do seu gosto amargo, dado que não tem contraindicações e produz poucos efeitos colaterais. Não é uma cura, mas um tratamento homeopático, para uma doença crônica que arrastamos desde tempos imemoriais.”

Há quem acredite em milagres;
Há quem cometa maldades;
Há quem não saiba dizer a verdade.

Da canção “É isso aí”, interpretada por Ana Carolina e Seu Jorge.

Servindo-se da nossa musical epígrafe, tem-se que para cada um desses sujeitos, existe desde muito tempo a função controle na Administração Pública. Para quem comete o malfeito, o controle é preventivo e reativo, tanto impedindo a ação deliberada, quanto detectando a irregularidade. Para quem não sabe dizer a verdade, o controle é um inibidor e uma bússola de comportamento. Controles que inibem desvios de conduta, controles para dar e vender, controles para consertar o mundo!

Falar de controle é falar do mundo real, no qual existem pessoas que cometem malfeitos, que podem ser tentadas a falsear a verdade, e esse talvez seja o comportamento mais comum, a julgar pelas discussões trazidas por Dan Ariely¹. Uma função que lida com as naturezas humanas, intrínsecas, das quais quando nos afastamos, encontramos um homem postiço, irreal, vestal, pensando em um mundo metafísico.

Não existem milagres na administração pública. Qualquer resultado é fruto de esforço, método e organização. O controle é uma função político-administrativa. Não existem salvadores da pátria, não existem soluções mágicas. E esse mesmo controle pode funcionar como um catalisador desse processo de melhoria contínua, de construção de resultados, de promoção da probidade, sem mágica ou garrafadas milagrosas.

Sim. Andamos querendo uma garrafada anticorrupção. Uma solução miraculosa, à feição do filme “Lisbela e o prisioneiro²”, no qual o protagonista, Leléu, um viajante dado a sortilégios variados para angariar renda fácil, oferece, já na cena inicial, um milagroso remédio para a fraqueza do homem, a mais nova invenção da ciência terapêutica e laboratória: o sulfato ferroso calcinado. Queremos um sulfato para resolver nossos males, em especial a corrupção.

Nosso país tem características marcantes, históricas, que têm influência nas estruturas políticas e legais. Um país continental, com um caldo de influências, que gera diversidade na religião, no pensamento, nos hábitos, com uma incrível unidade regional e de língua.

Uma dessas características é a valorização do milagreiro. A busca de soluções mágicas, pouco racionais, para a solução das questões, especialmente válidas se pouparem esforços e disciplina ao interessado. Esperamos a volta de Dom Sebastião da Batalha de Alcácer-Quibir, nos abeiramos na praça diante de uma nova garrafada que cure os nossos males, apelamos para santos e simpatias na busca de saídas simples para os complexos desafios da vida cotidiana.

E isso também se aplica ao fenômeno da corrupção. Tratada como uma entidade sobrenatural que se apossa dos corpos incautos, ou como uma doença contagiosa que se alastra pelo toque, a corrupção é um fenômeno humano de quebra de regras pactuadas, com prejuízo aos objetivos almejados, e tem a sua raiz em questões culturais, bem como nas fragilidades nas estruturas administrativas, e na impunidade associada à falta de fiscalização.

A corrupção é um fenômeno complexo e de muitas facetas. Sorrateira, como areia, se imbrica nas relações, de pequenas coisas que se fortalecem de grandes coisas, de localizados atos que crescem e assumem proporções descomunais. É uma fraqueza do homem para a qual não há milagres, nem mesmo a invenção mais nova da ciência jurídica, administrativa ou retórica. A corrupção não se abala com expressões extravernaculares ou modismos, logo buscando meios de também alcançar e abocanhar as novidades. Carne fresca!

O que existe e funciona são medidas de prevenção e combate, que batizamos genericamente de controle. Remédios que necessitam ser efetivos, sem serem onerosos, e que por sua essência são múltiplos, como uma garrafada, que cura não pelo seu potencial milagroso, mas pelos vários princípios ativos contidos naqueles ingredientes.

Sim, qualquer feira que se preze nos rincões do Brasil tem seus raizeiros, vendedores de garrafadas, que curam da espinhela caída ao casamento que afunda.

Apregoam-se as propriedades medicinais como prodigiosas, sem que se explique a receita, os componentes ou a comprovação de seus efeitos terapêuticos.

Também propomos, aqui nesse singelo e folclórico texto, uma garrafada. Não miraculosa, mas que opera seus prodígios. Uma poção baseada na combinação de elementos que sejam capazes de atuar contra a corrupção. Não são elementos raros, pelo contrário, mas que precisam estar maduros, e combinados na medida certa.


Em nossa mistura profilática, começamos pela transparência e seu primo-irmão, o controle social. Sem informação, nada sabemos, e nada mudamos. Andamos às cegas, e tendo um cego guiando o outro, é de se esperar que ambos caiam no buraco. Sem participação, não é possível mitigar a corrupção.

Adicionamos à mágica infusão a auditoria governamental, como avaliação técnica e independente, que tem sua valorização na medida que converse com a gestão de riscos e emancipe o gestor, tornando a sua prática mais eficaz. Uma boa dose de justiça rápida e efetiva, temperada com raízes profundas dos meios eficazes de investigação, ajudam a tornar a nossa garrafada encorpada.

Para catalisar esse composto, precisamos também de órgãos de controle robustos, profissionais, especializados e que de conta do recado. Não se improvisa o controle e nem os controladores. Precisa-se de gente que conheça a gestão, e como controlá-la, da melhor maneira, agregando valor, sabendo mediar ações, entre a burocracia que emperra, e a ação genérica que se torna reativa.

Nesse sentido, destacamos o controle interno, previsto no Artigo 74 da Constituição Federal de 1988. Mais próximo do gestor, tem um papel essencial na promoção da integridade, pois essa função se caracteriza por ser fronteiriça, entre o gestor e os demais órgãos (controle externo, ministério público, polícia), e que ao mesmo tempo promove essa interação qualificada, para cima e para baixo.

O superego coletivo brasileiro já começa a sinalizar que as soluções fáceis para problemas complexos não mais o saciam. Os problemas voltam com maior intensidade e nossa criatividade para aplicar o jeitinho nas interações que exigem soluções definitivas vai escasseando, sempre deixando uma impressão de que poderia estar sendo melhor empregada em outro campo da vida. Cansa!

É preciso olhar a corrupção com outros olhos, menos metafísicos. Trazer esta para uma discussão de estratégias, de combinação de esforços, de um mundo real, de pessoas de carne e osso, que buscam acertar, mas que cometem erros. A garrafada que funciona contra a corrupção opera em múltiplas dimensões, mas não opera milagres, e precisa ser tomada, apesar do seu gosto amargo, dado que não tem contraindicações e produz poucos efeitos colaterais. Não é uma cura, mas um tratamento homeopático, para uma doença crônica que arrastamos desde tempos imemoriais. 

NOTAS

- 1 ARIELY, Dan. *A Mais Pura Verdade sobre a Desonestidade*. Rio de Janeiro: Campus, 2012, 260p.
- 2 Brasil/2003. Direção de Guel Arraes.

BRUNO DANTAS é auditor governamental e mestrando em Administração Pública.

FRANKLIN BRASIL é auditor governamental e mestre em Controladoria e Contabilidade.

MARCUS BRAGA é auditor governamental e doutorando em Políticas Públicas.